

História, Mulher e Bruxaria: Clarice Lispector na (Des)ordem do Discurso

History, Woman and Witchcraft: Clarice Lispector in the (Dis)Order of Discourse

DOI: <https://doi.org/10.29327/256399.12.1-4>

 Thaise Maria Armelin Elias

 Denise Gabriel Witzel

Resumo: Constantemente, no decorrer da história, as mulheres que ousaram fugir ao engessamento das condutas, outrora dado ao feminino, foram subjetivadas como desobedientes e, até mesmo, como bruxas. Estas foram assim designadas, pois atentaram contra o poder patriarcal, uma vez que demonstraram habilidades e conhecimentos políticos, sociais e culturais que eram apenas destinados aos homens até então. Retomando, via memória discursiva, essas mulheres bruxas, evocaremos aqui o sujeito mulher escritora Clarice Lispector, visto que entrou na contramão dos discursos sexistas e alcançou lugares até então negados ao sujeito feminino. Clarice irrompeu no século XX com outras vontades de verdade, não deixando, segundo nosso entendimento, de ser objetivada como bruxa. Assim, atreladas aos Estudos Discursivos Foucaultianos, analisaremos os nós nos discursos, que atualizam Clarice Lispector como mulher bruxa. Para tal, o texto terá início com uma

Thaise Maria Armelin Elias. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO-Guarapuava/PR. E-mail: thaiseaelias@gmail.com

Denise Gabriel Witzel. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Araraquara-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO-Guarapuava-PR. E-mail: denise@unicentro.br



breve introdução, dando relevância à questão do enunciado. Em seguida, abordaremos Clarice como sinônimo de resistência e desobediência em meio à história das mulheres de Perrot (2019). Por fim, analisaremos as redes de sentido, imersas nas tramas do saber-poder, atreladas ao enunciado *bruxa*, as quais nos levarão a perceber a premissa foucaultiana de que um enunciado sempre atualiza outros enunciados.

Palavras-chave: Clarice Lispector; História das mulheres; Estudos Discursivos Foucaultianos; Desobediência; Bruxa.

Abstract: Constantly, throughout history, women who dared to escape the confinement of conduct, once given to the feminine, were subjectified as disobedient and even as witches. These were so designated because they attacked patriarchal power, since they demonstrated political, social and cultural skills and knowledge that were only intended for men until then. Resuming, via discursive memory, these witch women, we will evoke here the subject woman writer Clarice Lispector, since she went against the grain of sexist discourses and reached places hitherto denied to the female subject. Clarice erupted in the twentieth century with other desires for truth, not ceasing, according to our understanding, to be objectified as a witch. Thus, linked to Foucaultian Discursive Studies, we will analyze the nodes in the speeches, which update Clarice Lispector as a witch woman. To this end, the text will begin with a brief introduction, giving relevance to the question of the statement. Then, we will approach Clarice as a synonym of resistance and disobedience in the midst of the history of women by Perrot (2019). Finally, we will analyze the networks of meaning, immersed in the fabrics of knowledge-power, linked to the witch utterance, which will lead us to perceive the Foucauldian premise that an utterance always updates other utterances.

Keywords: Clarice Lispector; Women's history; Foucaultian Discursive Studies; Disobedience; Witch.



Introdução

Bom, agora eu morri. Mas vamos ver se eu renasço de novo. Por enquanto eu estou morta. Estou falando do meu túmulo (Clarice Lispector)¹

É preciso “[...]questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender (...) a soberania do significante”, conforme Michel Foucault destacou em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2001, p.51). Face a essa perspectiva teórica, inquieta-nos a emergência do enunciado “bruxa” derivado da intersecção de diferentes campos do saber-poder que fundamentam e promovem as *vontades de verdade* sobre o sujeito mulher, mediadas por uma ordem do discurso que, desde tempos imemoriais, subjetivaram-na como um ser para o homem, um ser não raro demonizado por ousar fugir do padrão atribuído a ela. Tomado como um acontecimento discursivo, a soberania desse significante cede lugar para a dimensão histórica profunda de sua lexicalização cuja existência não se dá sozinha e independente, uma vez que integra um campo associado, o qual faz com que um enunciado se diferencie de um simples grupo de signos. Nesse campo, seguindo o método arqueológico, são produzidas séries em meio a outras séries nas quais o enunciado invariavelmente entra em contato – e confronto – com muitos outros, seja para repeti-los, modificá-los ou adaptá-los; seja ainda para desautorizá-los ou refutá-los. Sua existência, enfim, jamais

1. Resposta a uma questão no final da primeira e única entrevista de Clarice Lispector concedida à TV Cultura, em 01 de fevereiro de 1977, mediada pelo jornalista Julio Lerner.



se dá de modo livre, neutra e independente.

Por que “bruxa” para caracterizar certas mulheres? Mais precisamente, por que em algumas narrativas irrompe o enunciado “bruxa”, e não outro para se referir a um dos maiores e mais importantes nomes da literatura brasileira: Clarice Lispector? Para além do que ela disse em destaque na epígrafe deste trabalho e das reflexões que convergem em torno de sua envergadura mística, notadamente o fato de ela ter participado do *I Congresso de Bruxaria em Bogotá*, em 1975, e de suas obras² revelarem aspectos psicológicos e introspectivos, queremos pensar as *vontades de verdade* e o *acontecimento discurso* interrelacionando o enunciado “bruxa” (i) às práticas de desobediência – aqui compreendia na esteira de Frédéric Gros (2018) como uma resistência ética aos dispositivos de poder – e (ii) aos processos de subjetivação produto das movências e do trabalho sobre si enquanto práticas de liberdade.

Assim, organizamos este estudo priorizando um retorno à história das mulheres para elucidar as lutas, combates, avanços e conquistas que permeiam essa história, a qual, ainda hoje, está em curso. Objetivamos, a partir desse retorno, não realizar uma análise literária, mas evocar e visibilizar o sujeito mulher, Clarice Lispector, uma vez que ela, por meio da sua literatura, fez-se voz, entrou na contramão dos discursos e mostrou que é possível mulheres alcançarem outros espaços que não aqueles destinados outrora. Isto é, interessa-nos elucidar Clarice, narrativizada e discursivizada em uma biografia inscrita em certa ordem do discurso que focaliza sobretudo a resistência aos modos tradicionais de ser mulher. Nessa direção, daremos relevo a aspectos não evidenciados em sua história, notadamente os que apontam

2. *Perto do Coração Selvagem* (1943), *Laços de Família* (1960), *A paixão segundo G.H.* (1964), *Água Viva* (1973), entre outras.



para o sujeito *desobediente*, produtor de outras formas de subjetividade e que, por isso, foi objetivada como *bruxa*. O gesto analítico será desenvolvido a partir de sequências enunciativas materializadas no livro *Clarice, uma biografia*, de Benjamin Moser (2017), indo ao encontro do grande questionamento de Foucault, apresentado por Gros (1995): *Quem somos nós hoje?* Resposta que implica uma singularidade histórica de *Clarice Lispector* pela ótica de Benjamin Moser.

Clarice Lispector na trilha da história das mulheres

A história das mulheres, desprezada muitas vezes por elas mesmas, existe. E falar dela é romper o silêncio que a cobria. Aliás, segundo Goldberg (1988), quando metade do gênero humano olha a outra metade, com tamanha diferença e indiferença, é porque deve haver algo de errado. As mulheres deveriam ser submissas, silenciosas e, sobretudo, obedientes, conforme regia o discurso do apóstolo Paulo na carta aos Efésios, pois este silêncio, conforme afirma Perrot (2019), garantia a ordem das coisas. “A mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (PERROT, 2019, p. 135).

No que diz respeito ao seu corpo, ele foi durante muito tempo considerado inferior, incompleto, frágil e defeituoso, cujos efeitos, ainda hoje, podem ser percebidos em inúmeras práticas discursivas. Dito de outra forma, por muito tempo, as mulheres foram fixadas à sua sexualidade, melhor dizendo, “Vocês são apenas o seu sexo, dizia-se a elas. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. Vocês são a doença do homem” (FOUCAULT, 1979, p. 234). Ainda, “de Aristóteles a Freud o sexo feminino [era] visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza.



Para Aristóteles, a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida” (PERROT, 2019, p. 63), uma vez que “foi tomada do homem” (BÍBLIA, Gênese, 2, 23). Sendo assim, elas estavam sujeitas ao pudor, à vergonha, à diferença entre os sexos e à mercê de discursos misóginos e preconceituosos.

Sob a ótica arqueológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, esses discursos respondem às antigas “vontades de verdades” (FOUCAULT, 2001) produzidas historicamente, que não são absolutas tampouco universais e definitivas, mas se atualizam interdiscursivamente em inúmeras materialidades. Somam-se, ainda, as restrições ao domínio do saber. A este, a mulher não deveria ter acesso, pois era “contrário à feminilidade” (PERROT, 2019, p. 91). O homem, ao qual era destinado o lugar da razão, era quem tinha acesso à criação, à escrita, à pintura, às ciências, à música. Às mulheres, coube apenas a cópia, a tradução, a interpretação, ou seja, atividades que necessitavam de qualidades como intuição, sensibilidade e paciência. Em outras palavras, “[...]para o homem, as produções do gênio. Para a mulher, os sentimentos do coração” (PERROT, 2019, p. 93).

Mas essa história nem sempre foi assim, permeada apenas de silêncio, engessamento e normatização. Houve lutas, combates e conquistas. Os tempos mudaram, houve (r)evolução do mercado, das comunicações, da industrialização. Houve períodos de guerra em que as mulheres ocuparam alguns lugares destinados ao homem e passaram a exercer atividades viris. Saíram do campo, foram para a cidade, leram, instruíram-se e passaram a almejar uma vida melhor e mais livre. Aquelas que eram temidas em público “[...]se movimentam, saem, viajam, migram, fogem, mudam de lugar, conquistam a liberdade” (PERROT, 2019, p. 136). Surge o movimento feminista, na década de 1960, nos Estados Unidos, e essa revolução ganha impulso no Brasil



na década de 70 objetivando “tornar vivível aquela que fora ocultada” (LOURO, 2014, p. 21). Sendo assim, houve uma mudança na história porque as mulheres mudaram, conquistando outros espaços. De acordo com a especialista da história das mulheres

O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o movimento das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas [...] (PERROT, 2019, p.15).

Partimos do princípio de que a história mudou porque as mulheres ousaram desobedecer, passaram da passividade ao movimento, do privado ao público, fizeram ecoar sua voz por tanto tempo silenciada e entraram com audácia no terreno da razão e da criação, até então, ocupado por homens. De forma mais objetiva, elas resistiram ao poder, lembrando-nos as palavras de Frédéric Gros

Aceitar a mediação das leis, resistir a inclinação de nosso íntimo, fazer o que o outro exige que façamos é aceder ao patamar da humanidade “normal”. Desobedecer é se deixar escorregar ladeira abaixo na selvageria, ceder às facilidades do instinto anárquico. Se é o animal em nós que nos faz desobedecer, então desobedecer é afirmar nossa humanidade (GROS, 2018, p. 28).

O instigante questionamento colocado por Gros, no início do livro *Desobedecer*, é porque as pessoas obedecem; grande problema, portanto, é a obediência e não a desobediência. Em outras palavras, a “[...]”



desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade” (GROS, 2018, p. 16). Estas garantiram o silêncio da história das mulheres e a sua ordem desejada como natural imposta pelos homens, mas a ousadia de desobedecer, o tal ato de normalidade, apresentado por Gros, mudou, desde os tempos longínquos, essa história de invisibilidade.

Nesse embate entre obediência e desobediência, Gros (2018) visibiliza a obediência como sinônimo de humanidade e a desobediência como sinônimo de monstruosidade. Logo, “[...] é com base em uma obediência cega que nos tornamos verdadeiros homens” (GROS, 2018, p. 28). Enquanto a obediência une, a desobediência separa. Destarte, a desobediência está em consonância com a selvageria incontrolável e com a rusticidade. Dito de outra forma, desobedecer é deixar aparecer nosso lado animal, rude e estúpido. Já a obediência nos torna dóceis, conformados, ordenados em nosso lugar, garantindo-nos harmonia e felicidade. Ora, “[...] obedecer é encontrar seu verdadeiro lugar, lá se ordenar, lá se sentir bem” (GROS, 2018, p. 68). Nessa ótica, a feminilidade, o corpo da mulher e sua conduta, atingidos pelo biopoder, deveriam manter a ordem, isto é, deveriam continuar distantes do saber, da criação e continuar fadadas ao serviço doméstico, ao cuidado dos filhos e do marido e a cumprir suas funções de esposa, uma vez que “[...] a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (PERROT, 2019, p. 135).

Nessa linha de desobediência, irrompe no tapete da história das mulheres o sujeito mulher Clarice Lispector, uma das escritoras modernistas mais lidas e estudadas da literatura brasileira do século XX. Seus romances, contos e crônicas sempre mexeram com o público pela sua maneira peculiar de escrever, pois seus textos não apenas narravam fatos e acontecimentos, mas perscrutavam o interior dos indiví-



duos, diferenciando-se de tudo que já existira na literatura brasileira. Em outras palavras, “Não haverá, decerto, uma explicação tangível e aceitável para o mistério da linguagem e do estilo de Clarice Lispector, disse o poeta Lêdo Ivo” (MOSER, 2017, p. 23).

Para que possamos ascender à discursividade e descrever/analisar o enunciado “bruxa” dirigido a essa autora, precisamos retornar, brevemente, à sua biografia, seguindo Moser (2017): a vida de Clarice Lispector foi marcada pela sua ousadia, determinação e ímpeto. Queria mudar o mundo, defender o direito dos outros, tinha ânsia por justiça. Era vaidosa, mas se sentia incomodada com a sociedade conservadora que impunha limites às mulheres. Por isso, rejeitava a moral convencional e andava na contramão dos discursos normatizadores e patriarcais, que ditavam o feminino até então. Um dia, sonhou, segundo Moser (2017), que estava em um julgamento público em que foi banida da Rússia porque não era feminina. O juiz afirmou que dois gestos a entregavam: ela mesma acendia seu próprio cigarro, ao invés de esperar o homem acender, e aproximava sua cadeira da mesa, não esperando que o homem fizesse isso por ela. São contra condutas que não aconteciam apenas nos sonhos, uma vez que, segundo Moser (2017, p. 455), a escritora “passara a vida lutando contra uma multidão voltada para a direção oposta”. A própria autora afirmara que sempre ia contra o fluxo da multidão quando andava pelas ruas. Nas palavras de seu amigo e poeta Otto Lara Resende, “[...] ela era um exemplo brutal da singularidade da pessoa humana” (MOSER, 2017, p. 454).

Filha de imigrantes judeus, Clarice nasceu na aldeia de Tchetchelnik, na Ucrânia, no dia 10 de dezembro de 1920. Chocou-se com o poder desde muito pequena, pois devido à perseguição aos judeus, durante a Guerra Civil Russa, sua família fugiu para Maceió, no Brasil, levando-a com apenas dois meses de idade. Teve uma infância difí-



cil, marcada pela fome, pela guerra, pela dificuldade de adaptação da família ao Brasil e pela morte precoce da mãe, em 1930, no Recife. Aquela que nasceu para salvar a mãe, tinha falhado. Mania, sua mãe foi violentada por um bando de soldados russos e contraiu sífilis. Acreditava-se, naquela época, que ter um filho poderia curar a mulher da doença. Clarice não a curou, e essa culpa carregou por toda sua vida.

Mesmo com essas raízes amargas, com doze anos, Clarice mudou-se com o pai e as irmãs para o Rio de Janeiro. Em 1941, ingressou no curso de Direito na Universidade Federal, feito nada comum para uma mulher na época. Acostumada com as lutas diárias desde a infância, continuou fugindo dos padrões da época, pois ainda como estudante de direito começou a trabalhar como jornalista, outro fenômeno raro, exigindo dos homens certas adaptações, visto que não estavam acostumados com a presença de mulheres na redação. Em um momento marcado pelo chamado fascismo de Getúlio Vargas no Brasil, era muito difícil ser jornalista ou escritor, a não ser que trabalhasse para Lourival Fontes, o qual manipulava a imprensa brasileira a mando do governo. A audaciosa e irreverente Clarice - sobretudo desobediente -, simplesmente, abordou Fontes e lhe pediu emprego na Agência Nacional. Tânia, irmã da escritora, pontuara que ninguém tinha essa audácia, os empregos se davam através da mediação de parentes. Mas a escritora, com sua *vontade de verdade*, ultrapassou os limites impostos, principalmente as mulheres da época, e foi contratada como a primeira mulher para exercer o cargo de editora e repórter num meio dominado pelos homens, colocando abaixo as normas de passividade ditadas ao feminino e dando início a uma vida da qual ela mesma seria a protagonista.

Foi com essa audácia, que a autora publicou seu primeiro conto na revista *Pan*, intitulado “Triunfo” em 1940. Segundo Moser (2017), ela chegava nas revistas dizendo que tinha um conto e perguntando se



não queriam publicá-lo. Através desse ímpeto, Clarice começou a fazer ecoar as vozes das mulheres até então silenciadas pela sociedade patriarcal, dando visibilidade a um feminino escondido às sombras do machismo e da misoginia, os quais ditavam-no como incapaz de criar.

Publicando contos, de acordo com Moser (2017) de forma abundante, mesmo sem receber nada, em jornais e revistas literárias, escreveu em 1942 seu grandioso romance *Perto do Coração Selvagem*, que lhe rendeu o prêmio *Graça Aranha* em 1944. O estilo clariceano inovou a literatura brasileira. “O furacão Clarice surgiu como a mais rara personalidade literária no nosso mundo das letras; algo de excepcional; dotada de uma estonteante riqueza verbal” (MOSER, 2017, p. 162), tirando elogios de críticos como Antonio Candido e Sérgio Milliet. Assim, com essa estreia triunfal, a mulher Clarice trouxe para a luz dos holofotes, o sexo, outrora dado como defeituoso, alheio aos ambientes públicos e sociais, desordenando o que fora dito e construído a respeito do feminino.

O futuro de Clarice parecia traçado, devido ao fervor com que havia estreado, mas nessa época, em meados do curso de direito, já conheceu e namorava Maury Gurgel Valente, que em 1940 ingressa no corpo diplomático. Em 1943, logo após Clarice conseguir nacionalidade brasileira, casaram-se, mesmo com todo ceticismo que ela tinha quanto ao casamento, uma vez que segundo a autora o casamento limitava a liberdade das mulheres. Após o casamento, em meio a segunda Guerra Mundial, o casal foi embora do Rio de Janeiro para Belém do Pará, local para onde Maury foi enviado como diplomata e, onde pela primeira vez, ela não tinha muito o que fazer. A exótica mulher, acostumada a enfrentar a vida, lutando pelas suas verdades e pelo seu lugar, havia entrado no destino de esposa de diplomada e embarcava para longos anos, que a fariam experimentar o adormecer de sua escrita, de seu



ímpeto criador, de sua verdade interior, de sua busca por justiça e de ser, simplesmente, Clarice!

Diante dessa nova vida, ela começou a se dar conta da função meramente decorativa, que teria que enfrentar ao lado de Maury Gurgel, apesar da vida financeiramente estável que ele poderia lhe oferecer. Assim, segundo Moser (2017), a destemida Clarice sentiu-se impactada com as mudanças, contando em uma carta a sua irmã Tania, que durante “esse mês de viagem nada tenho feito, nem lido, nem nada – sou inteiramente Clarice Gurgel Valente” (MOSER, 2017, p. 178). Em outra carta ao amigo Lúcio Cardoso “Enquanto vocês vivem no Brasil, eu aqui tomo chá com leite num colégio de moças” (MOSER, 2017, p. 201). Habituada a trabalhar e a escrever, a escritora já sentia que tudo havia mudado. Estava diante de uma vida fria, passiva e patriarcal, na qual Maury, lembrando as palavras de Perrot (2017) seria o sopro criador, o homem que trabalha, e a ela caberia a sensibilidade, a doçura, a paciência e os deveres de esposa, com os quais ela teria que se violentar para se encaixar e que já pesava sobre ela.

Na Suíça, em 1948, a autora teve seu primeiro filho, Pedro e, em 1953, em Washington, seu segundo filho, Paulo. Mas nem mesmo o nascimento dos filhos conseguiu arrancá-la da inércia na qual se encontrava. O furacão Clarice estava perdendo sua força, aquela que tanto ousou estava apática. Sua submissão a vida diplomática, ao lado de Maury, era dolorosa e estava subjugando-a ao silêncio estarrecedor, o qual sempre pesou na história das mulheres. Segundo Moser (2017), ela sustentava todas as obrigações de esposa de diplomata: jantares, eventos, passeios, mas tudo isso lhe causava enjoo. Os papéis, outrora designados ao feminino, não deixaram de pesar sobre ela, ou seja, “o caos estava por trás de um véu de ordem” (MOSER, 2017, p. 264) e a vida tinha se tornado violenta demais para ela.



Nesse enquadramento, desanimada, com grande dificuldade de publicar seus livros, visto que estava longe do Brasil, sentindo-se cada vez mais perturbada pelo seu sentimento de inutilidade e presa a uma vida pacata, que a estava domesticando e enjaulando-a, Clarice decidiu, em 1959, separar-se de Maury. Melhor dizendo, ela rompeu com o dispositivo da aliança, “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” (FOUCAULT, 2020, p. 15), que define aquilo que é permitido, aquilo que é proibido e um *status* entre os parceiros, levando-os à função de manter o corpo social.

Destarte, em uma época em que o divórcio não era legalizado no Brasil e, antes mesmo do surgimento do movimento feminista, Clarice irrompeu, no século XX, com outras *vontades de verdade* e, portanto, com novas formas de subjetividade, voltando para o Brasil com seus dois filhos. Rompeu com as sujeições e com as verdades instituídas, fugiu do padrão, da normatização, da submissão, da docilidade e não atendeu às exigências de uma figura feminina da época, mais especificamente às obrigações de esposa de diplomata. Ao se separar, para seguir sua carreira de escritora, foi contra os discursos estabelecidos que alocavam as mulheres aos afazeres domésticos, regulando sua forma de ser e estar no mundo. Clarice, ao encontro das palavras de Gros (2018), desobedeceu, optando talvez, pelo lado mais difícil, arriscado, louco e irracional – a desobediência - a ter que aceitar a passividade, a ordem, os padrões, a docilidade e a conformação designado às mulheres.

Seu retorno ao Brasil, como mulher separada e com duas crianças, não foi fácil. De acordo com Moser (2017), em alguns momentos, ela se sentiu envergonhada pela separação e preocupada com a situação financeira. Mas a fase que o Brasil vivia era de Revolução Cultural, era da Bossa Nova, do Cinema Novo, isto é, da modernidade. Conse-



quentemente, logo veio a publicação de seus livros, que antes não conseguia publicar. Clarice reapareceu, ressurgiu, fez sucesso. Explodiu em vendas com a publicação de “Laços de Família”, e estreou entre os *best-sellers*, marcando, definitivamente, a sua volta. Aquela mulher, ofuscada pela vida diplomática, adormecida e esquecida atrás do véu que encobria o feminino e suas outras formas de existência, que não aquelas designadas pela sociedade desde os tempos mais antigos, se tornou uma “instituição nacional” (MOSER, 2017, p. 306), reconhecida agora apenas pelo primeiro nome. Em outros termos, após tanto tempo lutando na obscuridade, a autora alcançou o reconhecimento de seu trabalho, que a confortou depois de tempos tão difíceis. Segundo um crítico da época, Clarice despertou “a literatura produzida hoje no Brasil de uma deprimente e degradante letargia e a eleva a um plano de perenidade universal e perfeição” (MOSER, 2017, p. 384-385). E ela sabia, segundo sua irmã Tania, que seu feito era inigualável.

Nesse viés, Clarice, mulher, escritora, divorciada, autora de uma literatura encantadora e provocadora, que espantou com sua liberdade de criação e de pensamento e que inovou a literatura brasileira, quebrando com os parâmetros até então vistos no modernismo, foi na contramão de discursos que controlavam outrora o feminino. Numa área ainda dominada por homens, ela usou de sua escrita e se fez voz. Adentrou ao terreno do saber, da criação, da escrita, antes tão desejado e negado às mulheres e colocou abaixo discursos precursores que encarceravam as mulheres à cópia, à interpretação e à tradução e os quais afirmavam que “Na construção das identidades, a glória é masculina e a felicidade, feminina” (PERROT, 2019, p. 99). Em outras palavras, a autora, representando o sexo considerado submisso, imperfeito e defeituoso, desobedeceu, insistiu, resistiu, e com ela tirou do silêncio inúmeras mulheres, antes caladas, silenciadas e, até mesmo



mortas, fazendo ecoar discursos outros, outras vontades de verdade que irromperam uma mudança nessa história das mulheres, a qual está e permanecerá em curso.

As condições sócio-históricas de emergência do enunciado *bruxa*

O misticismo sempre permeou a vida de Clarice Lispector. A autora nasceu em uma região que possuía uma estreita relação com o divino. “Uma grande mística nasceu num lugar famoso por seus grandes místicos” (MOSER, 2017, p. 28). A região era conhecida pelas aparições da Virgem Maria e pelas estátuas de Cristo que sangravam. Segundo Moser (2017), o crítico *Le Monde* disse que Clarice lembrava Santa Teresa d’Ávila e São João da Cruz, visto que ela mesma se afirmava como mística, apesar de não ter religião. Por conta dos mistérios que sempre envolveram suas raízes, foi considerada indecifrável, indescritível, misteriosa e, por isso, sempre inquietou a todos. Assim, apesar de todos os questionamentos a respeito de sua vida e suas raízes, Clarice não gostava muito de falar sobre si. “Não vou ser autobiográfica. Quero ser *bio*” (MOSER, 2017, p. 18). Diante desse vácuo de informações, é que Lispector, segundo Moser, já foi descrita como quase tudo: “nativa e estrangeira, judia e cristã, bruxa e santa, homem e lésbica, criança e adulta, animal e pessoa, mulher e dona de casa” (2017, p. 18).

Dessa forma, dentre todas essas designações, *bruxa* é o que salientamos aqui, no enalço de resposta em relação à pergunta arqueológica: por que desse enunciado e não outro em seu lugar? Respostas que implicam considerar os *jogos de verdade* atrelados a esse enunciado, via memória discursiva, pois de acordo com Foucault (2014), um enunciado sempre reatualizará outros enunciados.



Em 1975, Clarice, em uma segunda viagem à Colômbia, foi convidada por Simón Gonzáles, político e escritor colombiano, para participar do Primeiro Congresso Mundial de Bruxaria. Ela aceitou o convite e seguiu na contramão dos discursos que emergiam no Brasil daquela época, pois ainda vivíamos em um regime ditatorial do governo brasileiro no qual, para além de outros excessos, muitas mulheres, por meio de torturas e exposição à violência de gênero, foram vítimas de um regime cruel e autoritário. No dia de sua participação, na mesa intitulada *Literatura e Magia*, Clarice não leu as várias versões de um discurso que havia preparado. Fez apenas uma breve introdução que dizia: “Acontece que tudo o que eu tenho a dar a vocês todos é apenas minha literatura” (MOSER, 2017, p. 428). Em seguida, alguém leu, em espanhol, o seu misterioso e profundo conto *O ovo e a galinha*, que somente foi compreendido depois que foi traduzido e impresso.

Clarice não falou nada de bruxaria, nem de magia, nem de coisa alguma sobrenatural que talvez se esperasse num congresso de bruxaria. Ao contrário do que todos esperavam, sua grande magia era sua literatura. Sua arma para resistir e desobedecer era sua escrita. Numa área ainda dominada por homens, ela usou de sua arte e se fez voz. A mulher Clarice adentrou ao terreno do saber, da criação, da escrita, antes tão desejado e negado às mulheres e, colocou abaixo discursos outros que encarceravam as mulheres à cópia, à interpretação e à tradução. Nas palavras de Perrot (2019), “na construção das identidades, a glória é masculina e a felicidade, feminina” (p. 99). Mas, segundo Moser, sua participação no congresso de bruxaria foi o suficiente para lhe conferir o título de *bruxa*, conforme demonstram as sequências enunciativas a seguir.



SE 1: “A grande bruxa da literatura brasileira” (Affonso Romano de Sant’Anna *In Moser*, 2017, p. 429).

SE 2: “Cuidado com Clarice. Não se trata de literatura, mas de bruxaria” (Otto Lara Resende *In Moser*, 2017, p. 429).

SE 3: “É verdade o que dizem, a mulher é mesmo uma bruxa” (Luiz Carlos Lacerda *In Moser*, 2017, p. 406).

Enunciados como esses, segundo Gregolin (2016), são aceitos e passam a circular como se fossem verdade e acabam, então, por constituir o sujeito Clarice, uma vez que, para Foucault (2003, p. 256) “[...] não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas.”. Essas subjetivações sempre circundaram a mulher, melhor dizendo, sempre que uma delas alcança o saber, foge aos padrões, às normatizações, ao engessamento, sempre que elas adentram a lugares, aos quais discursos dotados de poder negaram ao feminino, ocorrem subjetivadas como desobedientes e, até mesmo, como bruxas. Se voltarmos ao mito da criação, no livro de Gênese, encontraremos Eva, que desejou o saber, cedeu a tentação e, por isso, foi culpada pela entrada do pecado no mundo, sendo então, punida com as dores do parto. Essa regra, esses discursos, essas subjetivações se atualizam com Clarice. Esta, não sofre punição, mas por usar sua escrita, como prática de liberdade, ou melhor, por irromper com novas formas de subjetividade, é objetivada como bruxa, uma vez que escreveu como ninguém escrevera no modernismo brasileiro, uma vez que alcançou a glória e marcou a história através da sua criação e da sua escrita. Clarice, como parte do sexo submisso, imperfeito, defeituoso, desobedeceu, insistiu, resistiu e, com ela, tirou do silêncio inúmeras mulheres, outrora cala-



das, silenciadas e até mesmo mortas, fazendo ecoar discursos outros, outras vontades de verdade que irromperam uma mudança nessa história das mulheres, a qual está e permanecerá em curso.

Assim, o enunciado *bruxa*, tomado na instância de seu acontecimento, por um lado, carrega a glória, o brilho da sua literatura, a inovação de seu estilo literário, que a consagrou como uma das mais admiradas, lidas e estudadas autoras do modernismo brasileiro. Mas, por outro lado, carrega, por meio de memória discursiva, o tom pejorativo e negativo atribuído ao feminino e as vozes daquelas que foram queimadas vivas nas fogueiras em meados dos séculos XV a XVII. Nesse viés, cabe um retorno ao *caça às bruxas* para melhor vislumbrarmos os jogos de verdade, em meio às tramas de saber-poder, que circundam esse enunciado.

A figura da bruxa maléfica com sua vassoura, seu imenso narigão e seu caldeirão que usava para fazer feitiços e maldições sempre esteve presente nos desenhos animados, filmes e livros infantis e permanece até hoje enraizada na cultura popular como uma representação do mal. O grande problema, ou talvez, o grande ato de misoginia de acordo com Silva e Santos (2020), foi que essa visão social a respeito da bruxa foi atrelada à figura da mulher convertendo-se numa repulsa ao feminino. Repleto de estereótipos e fruto de uma construção social e histórica, a figura da mulher relacionada à bruxa acarretou num processo de julgamentos e perseguição, dando continuidade a visão negativa da mulher advinda do mito de Adão e Eva.

As grandes religiões monoteístas, segundo Perrot (2019), veem a hierarquia do masculino e do feminino como algo criado por Deus. Principalmente, no catolicismo, o sacerdócio é destinado apenas aos homens, os quais passam a ser detentores do poder, do saber e do sagrado. Mas, no final da Idade Média, as mulheres começaram a questionar esse poder e passaram a fazer parte de seitas que expressavam



essa inquietação religiosa. Essas mulheres, sem ligação com instituições religiosas passaram a ser vistas como perigosas. Nas palavras de Perrot, “A mulher é assimilada ao pecado: uma tentadora da qual é mister se defender” (PERROT, 2003, p.21).

Nesse quadro, a Igreja Católica, tão soberana na época, para manter o seu poder, a manutenção do cristianismo e o controle dos corpos e comportamentos, passou, de acordo com David (2015), a reprimir todos os comportamentos que não iam ao encontro de seus dogmas, tais como práticas curativas, poções mágicas, benzeduras, entre outros. Assim, passou a perseguir todos que apresentavam um comportamento que ameaçava a persistência de seu poder, transformando-os em *hereses*.

Diante disso, as mulheres, que usufruíam de recursos naturais, que eram parteiras, curandeiras, que tinham acesso a terras, isto é, que de algum modo buscavam certa autonomia sobre suas vidas e seus corpos atentando ao poder e demonstrando conhecimentos e habilidades outras que não aquelas destinadas ao feminino, foram vistas como seres malignos, culpadas pelas desgraças dos homens e, então, acusadas de bruxaria. Foram as mais perseguidas, submetidas a torturas e, posteriormente, num ato de total misoginia, queimadas vivas em fogueiras, uma vez que fugiram do padrão imposto às mulheres. Em outras palavras, elas precisaram ser reguladas e queimadas para não causarem nenhum mal ou descontrole aos homens e às estruturas sociais.

Na esteira de Federici (2017), autora do conceituado livro *Calibã e a bruxa*, a grande caça às bruxas na Europa, liderada pelas diversas estruturas de poder, como Igreja e Estados, teve a finalidade de levar adiante um disciplinamento social em que as mulheres foram subjugadas. Ainda nas palavras de Rocha (2016), “A subversão da mulher, considerada bruxa, instiga uma reflexão desta para além do discurso religioso. A ideia então vai ao encontro de pensar a bruxa enquanto



uma construção sócio-histórica da mulher transgressora, empoderada, sobretudo em relação ao seu corpo” (ROCHA, 2016, p. 2).

A condição feminina, de acordo com Silva e Santos (2020), “passou por transformações, mas, trouxe resquícios de estereótipos e representações negativas que de forma enraizada se difundiu e perpetua na sociedade atual” (p. 8). Destarte, ao ser objetivada como bruxa, Clarice carrega, não só o brilho, a glória e o reconhecimento de sua escrita inovadora, mas também, a ordem da desobediência, da resistência, do empoderamento, daquela que não se deixou enquadrar, padronizar, normatizar, daquela que fugiu ao engessamento do feminino, que ousou, que adentrou ao terreno do saber e assumiu, com sua fascinante escrita, o seu lugar. Clarice, faz-nos lembrar as palavras de Gros (2018), “A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade” (p. 16). Clarice é metáfora da coragem, é pura ação e protagonista da sua história. Nesse viés, a voz da bruxa da literatura ainda ecoa, por inúmeros países, através das diversas obras que deixou: cartas, crônicas, contos e com ela trouxe visibilidade ao sexo frágil e fez ecoar as vozes de mulheres que foram caladas e apagadas da história. Discursivizada pela ótica de Moser, essa é Clarice, a mulher, a escritora, a bruxa!

Considerações finais

Historicamente, desde tempos imemoráveis, as mulheres ficaram à margem. Envolvidas por um grande silêncio, coube a elas a passividade, a aceitação e a obediência. Privadas do espaço público e alheias aos acontecimentos sociais, foram destinadas ao trabalho anônimo, isto é, aos afazeres domésticos e aos cuidados da família. Mas, os tempos mudaram, as mulheres desejaram o saber, colocaram-se em movimento e



invadiram o espaço público. Isto é, aquelas que viviam no anonimato apareceram e tiveram uma nova participação na vida política, econômica, social e cultural, configurando ao feminino possibilidades e contribuições antes depreciadas.

Nesse enquadramento, Clarice contribuiu, significativamente, com tais mudanças. A mulher escritora bruxa fugiu ao engessamento do feminino, ousou, desobedeceu, adentrou ao terreno do saber e assumiu, com a sua fascinante escrita, o seu lugar. Com isso, contribuiu para desestabilizar certezas, em torno do estigma da fragilidade do sexo frágil, fazendo ecoar as vozes de mulheres que foram caladas e apagadas da história irrompendo, no século XX, com outras vontades de verdade.

Referências

BÍBLIA, A.T. Gênese. In BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1997, p. 50.

DAVID, Camila Garcia. *A eterna “Caça às Bruxas”: Sobre terroristas e traficantes*. 2015, p. 53. Monografia (Bacharel em Direito). PUC, Rio de Janeiro, 2015.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, Manoel de Barros da (Org.). *Ditos e escritos. Estratégias, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v.4.



FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. *Educação Sexual: Uma proposta, um desafio*. São Paulo, 2^o Edição: Cortez, 1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval e RAJAGOPALAN, Kanavilil (Org.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. São Paulo: Pontes, 2016.

GROS, F. Foucault e a questão de quem somos nós?. *Tempo Social*, Universidade de São Paulo, n^o 1-2, vol. 07, pp.175-178, 1995.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro, 16 Edição: Vozes, 2014.

MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PERROT, Michelle. *Minha História da Mulheres*. Trad. Angela. M. S. Côrrea. 2^a ed., São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-27.

ROCHA, L.; BELARMINDO, L.; PESSANHA, L. Bruxa: uma construção histórica da mulher que conhece o próprio corpo. *4^o Seminário Internacional de Educação e Sexualidade. 2^o Encontro Internacional de estudos de gênero: fundamentalismos e violências*. Vitória / ES, 2016.

SILVA, Luciana Juvêncio; SANTOS, Sergiana Vieira dos. Mulheres e bruxas: A figura feminina na américa portuguesa através da visita da santa inquisição no século XVI: feitiçaria, patriarcado e misoginia. In: *I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos* - Delmiro Gouveia, AL, 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/i-eihs/trabalho/149571>>. Acesso em: 27/08/2022 às 10:44.

Recebido em: 29/08/2022

Aprovado em: 20/12/2022

Licenciado por

